



Número: **0809391-93.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Regional Cível de Mangabeira**

Última distribuição : **16/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 3.375,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FAGNER JOBSON BERNARDO DA SILVA (AUTOR)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
RAFAEL LARA DE FREITAS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
39506 208	16/02/2021 08:31	Certidão	Certidão
39506 216	16/02/2021 08:31	Laudo - 0809391-93.2019.8.15.2003	Laudo Pericial
39506 220	16/02/2021 08:31	Laudo (cont.) - 0809391-93.2019.8.15.2003	Laudo Pericial
39506 222	16/02/2021 08:33	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0809391-93.2019.8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: FAGNER JOBSON BERNARDO DA SILVA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, inseri neste processo o(a) Laudo pericial, em anexo.

João Pessoa/PB, 16 de fevereiro de 2021.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário



14:00

SEM PROBLEMA NO SISTEMA

AVALIAÇÃO MÉDICA PARA FINS DE CONCILIAÇÃO
(Art. 31 da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974)

Nº DO PROCESSO 0809391-932019 8.15.2003
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
AUTOR:
REU:

Nome: FAGNER DOS SANTOS BERNARDO DA SILVA
Endereço:

Avaliação Médica

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ SIM MOTO ☐ NÃO ☐ PREJUDICADO

DT: 06/20/17
Só prosseguir em caso de resposta afirmativa:

II. Descrever o quadro clínico atual do informando:

a) Qual(uais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

OMEBRO (E): FRACTURA DE CLAVICULA DO C/FIOS DE KIRBLINER (11/3 XISTAL)

b) As alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma

CIATRIE DUMIFORME, ADM COM OS OMBRA LIMITADA DE ALTO MOVIMENTO EM ROTAS ASERVA DE DEF ET NEMO MAIAR.

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ SIM ☒ NÃO

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico curso com:

- a) ☐ Disfunções apenas temporárias
b) ☒ Dano anômico e/ou funcional definitivo(sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

VIDE II B.

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ SIM, em que prazo: ☒ NÃO

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa do item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinaladas.

Dr. Rafael Sara de Freitas
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia do Joelho
CRM-PB 8784 TEOT 9693



0809391-93 2019.8.15 2003.

- VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is), especificando, segundo, o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)
- b) ☒ Parcial
(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

- b1) ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima)
- b2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte algum segmento corporal da vítima)

b2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na linha II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão	<u>Brm Ansa CLAVICULA</u>	<input checked="" type="radio"/> 10% Residual	<input type="radio"/> 25% leve	<input type="radio"/> 50% Média	<input type="radio"/> 75% Intensa
2ª Lesão	_____	<input type="radio"/> 10% Residual	<input type="radio"/> 25% leve	<input type="radio"/> 50% Média	<input type="radio"/> 75% Intensa
3ª Lesão	_____	<input type="radio"/> 10% Residual	<input type="radio"/> 25% leve	<input type="radio"/> 50% Média	<input type="radio"/> 75% Intensa
4ª Lesão	_____	<input type="radio"/> 10% Residual	<input type="radio"/> 25% leve	<input type="radio"/> 50% Média	<input type="radio"/> 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem qualificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com critérios ao lado apresentado:

Local e data da realização do exame médico:

João Pessoa, 10/04/2021

Assinatura do médico – CBM

Dr. Rafael Lara de Freitas
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia do Joelho
CRM-PB 8784 TEQT 9693



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA
Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.055-018

ATO ORDINATÓRIO (CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJ - TJPB)

Nº DO PROCESSO: 0809391-93.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FAGNER JOBSON BERNARDO DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

De acordo com as prescrições do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, , **INTIMO as partes para se manifestar sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, (art. 477, §1º, CPC/2015)**

João Pessoa/PB, 16 de fevereiro de 2021.

ISABEL MARIA BASILIO CRISPIM LONDRES
Técnico Judiciário

